

“PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES”: OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REFERENTES PARA A EDUCAÇÃO PARA A PAZ*



Alvori Ahlert**, Neiva Feuser Capponi***

Resumo: o mundo globalizado caracteriza-se, cada vez mais, por uma escalada de violência que se apresenta de variadas formas. Mortes violentas de seres humanos por guerras, pelo terror e pela fome, tragédias ambientais decorrentes da intervenção humana na natureza parecem ter instituído uma cultura de violência em nosso planeta. O objetivo do artigo busca estabelecer as relações entre a educação para a paz como um projeto global urgente e necessário com os desafios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas. Sua composição abrange 17 objetivos, muito bem estruturados, de valorização plena à integridade social, ambiental e econômica que acreditamos serem bons para todos os países. Cada objetivo é composto por metas, chegando ao total de 169. Para desenvolver uma educação para a paz, os ODS tornam-se importante referência em especial os ODS 04 e ODS 16, ao mesmo tempo na defesa de um desenvolvimento sustentável com equidade entre os povos. Conclui-se que a paz precisa de sociedades sustentáveis e estas somente alcançarão a sustentabilidade através da educação, o que demonstra que os ODS tornam-se instrumentos de construção para a cultura da paz e contra a violência numa perspectiva holística.

Palavras-chave: Paz. Educação. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

* Recebido em: 26.04.2019. Aprovado em: 12.08.2019.

** Pós-Doutor em Educação (UNISINOS). Doutor em Teologia (Faculdades EST). Mestre em Educação nas Ciências (Univ. Regional do Noroeste do Estado do RS). Professor Associado na UNIOESTE. *E-mail*: alvoriahlert@yahoo.com.br

*** Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (UNIOESTE). Mestre em Administração Estratégica (PUC-PR). Pós-graduada em Gestão Estratégica de Recursos Humanos e Docência no Ensino Superior (UNIPAN). Graduada em Ciências Contábeis (UNIOESTE). Professora na UNIOESTE. *E-mail*: nfcapponi@hotmail.com

Refletir sobre a educação para a paz é uma empreitada quase impossível diante dos acontecimentos que marcam nossa atualidade no país e no mundo. É uma realidade desafia a todos e todas para desenvolver e engajar-se numa educação em favor da busca da paz mediante o desenvolvimento de uma cultura de paz. Já na virada do milênio os laureados do Prêmio Nobel da Paz propuseram um movimento para uma convergência de esforços em torno da construção de uma cultura de paz (UNESCO, 2000). As medidas para vencer a violência e implementar uma cultura de paz terão um alcance muito limitado se ficarem no campo restrito das respostas à violência e às guerras. Faz-se necessário criar ondas de estudo e reflexão sobre a paz e a não-violência.

Por isso, o Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência, publicado pela Unesco, foi um sugestivo caminho na reflexão sobre a construção de uma cultura de paz, remetendo para uma educação para a paz que mais recentemente, através dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes princípios defendem o respeito à vida e à dignidade de cada pessoa; a prática da não-violência ativa, recusando a violência em todas as suas formas; a partilha do tempo e dos bens materiais a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica; a defesa da liberdade de expressão e a diversidade cultural; a promoção de um consumo responsável e um modo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

Assim, os ODS são propostas da Assembleia Geral da ONU, realizada em Setembro de 2015, na qual 193 Estados-membros subscreveram os ODS, visando criar um quadro para orientar políticas públicas, uma plataforma de diálogo com outros atores em todo o mundo e ferramentas de planejamento a médio e longo prazo que viabilizem os alinhamentos nacionais de políticas sociais, ambientais e econômicas.

Conseqüentemente, os ODS podem ser referentes para uma educação para a paz. Eles configuram uma plataforma de enfrentamento à violência que está levando a humanidade e o meio ambiente a uma rápida auto-destruição. Por isso, o objetivo do presente texto é apresentar nossas pesquisas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em suas contribuições para a formação humana, especialmente através da educação formal e informal. Pois, acreditamos que os ODS podem ser uma importante ferramenta na educação básica e no ensino superior, tornando-se temas obrigatórios de transversalidade em todos os conteúdos que configuram os currículos das escolas e universidades.

Na primeira parte do texto vamos apresentar a realidade da violência em suas dimensões sociais, econômicas e psicológicas com suas múltiplas faces com que se apresenta na atualidade. Na segunda parte vamos apresentar os ODS como uma importante ferramenta para a educação para a paz, pois a paz somente pode se tornar uma realidade em um mundo sustentável mediante um desen-

volvimento econômico, político e social sustentável que inclua todos os seres humanos e o meio ambiente como um todo.

UMA REALIDADE QUE GRITA POR PAZ: AS DIFERENTES FACES DA VIOLÊNCIA

Desde um olhar para o meio ambiente, os desastres ambientais são realidades diárias e ameaças ao meio ambiente. A história recente está repleta de desastres ambientais decorrentes das atividades humanas que impactaram a vida no planeta. Em 1984 um desastre na fábrica de agrotóxicos da Union Carbide, na região de Bhopal, na Índia, liberou 30 mil metros cúbicos do gás mortal isocianato de metila, que matou cerca de 20 mil pessoas e atingiu outras 100 mil pessoas que desenvolveram doenças crônicas (WARMA; WARMA, 2005). Outro desastre impactante foi o de Chernobyl em Pripyat, Kiev, na Rússia, em 1986, quando explodiu um dos reatores e contaminou toda a região, matando mais de 20 mil pessoas e dizimando toda a fauna e a flora no seu entorno (DUPUY, 2007). Conforme Slavoj Zizek somente no ano de 2010,

ar (nuvens de cinzas vulcânicas da Islândia paralisam as viagens aéreas na Europa), terra (avalanches de lama na China), fogo (que deixou Moscou quase inabitável), água (poluída por um vazamento de petróleo no golfo do México, inundações que desalojaram milhões de pessoas no Paquistão) (ZIZEK, 2012, p. 307).

No ano seguinte, 2011, um tsunami atingiu usina nuclear em Fukushima, Japão, contaminando com radioatividade a fauna e a flora marinha nos mares do norte. No Brasil, o evento mais desastroso foi o rompimento da barragem de rejeitos da mineração da Vale e Mariana, Minas Gerais. “No dia 05/11/2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, pertencente ao complexo minerário de Germano, no município de Mariana/MG. A barragem continha 50 milhões de m³ rejeitos de mineração de ferro” (IBAMA, 2015, p. 3). Um documento técnico confirma este desastre:

–mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas, sendo que algumas ainda restam desaparecidas; –desalojamento de populações; –devastação de localidades e a conseqüente desagregação dos vínculos sociais das comunidades; –destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas etc.); –destruição de áreas agrícolas e pastos, com perdas de receitas econômicas; –interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candonga, Aimorés e Mascarenhas); –destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa de Mata Atlântica; –mor-

tandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre; –assoreamento de cursos d’água; –interrupção do abastecimento de água; –interrupção da pesca por tempo indeterminado; –interrupção do turismo; –perda e fragmentação de habitats; –restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas; –alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada; –sensação de perigo e desamparo na população (IBAMA, 2015, p. 3-4).

O relatório final produzido por uma equipe de especialistas de diversas universidades brasileiras demonstra com clarividência que o referido desastre está ligado ao modelo de produção capitalista que exige o acúmulo de riqueza levando à exaustão a natureza e impondo seu paradigma econômico que visa aumentar a produção sem respeitar os limites das próprias operações:

Três elementos merecem maior ênfase a partir desta descrição: i. a ampliação da escala operacional da empresa nos últimos anos condicionou e interagiu com os determinantes fisiográficos da reserva, intensificando sua depleção mineral quantitativa e qualitativa e, portanto, impulsionando a expansão significativa da geração de estéril e rejeitos de minério; ii. essa expansão demandou, consequentemente, ampliações correspondentes da capacidade de disposição de estéril e, principalmente, rejeitos, determinando o aumento exponencial do uso de recursos naturais (em especial da água, nos processos de beneficiamento primário e disposição) e da escala dos riscos associados à opção preferencial da empresa por barragens; iii. finalmente, esses elementos mantêm uma orientação exclusivamente exportadora, definida em função de estratégias privadas e públicas de acesso a recursos minerais escassos, assim como do próprio Estado brasileiro na entrada de divisas e equilíbrio da Balança Comercial (PoEMAS, 2015, p. 3).

E, quando ainda nem se começou a enfrentar decisivamente os efeitos destrutivos desses eventos com reparações e recuperações que tornassem prova efetiva da vontade de corrigir o desastre “provocado”, um novo evento ligado a mesma empresa foi ainda maior em janeiro de 2019, com o rompimento da barragem de Brumadinho-MG, matando centenas de pessoas, animais de todas as espécies ali existentes e contaminando os rios que receberam as ondas de lama decorrente do sinistro.

No dia 25 de janeiro de 2019, por volta das 12:28h, horário de Brasília, a Barragem I da mina de Feijão rompeu-se, liberando 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. A capacidade da barragem era de aproximadamente 13 milhões de metros cúbicos⁵. A força da onda de lama varreu equipamentos operacionais (como trens, veículos e máquinas de beneficiamento do minério) e o centro administrativo da Vale, soterrando escritórios, vestiário e um refeitório,

matando centenas de trabalhadores e trabalhadoras que trabalhavam e almoçavam no local (CNDH, 2019, p. 10).

E, mais uma vez, a humanidade ficou perplexa porque para a grande empresa os seres humanos e o meio ambiente são apenas números que se esquecem e substituem em nome do lucro financeiro.

De outro lado, o Monitor da Violência informa que nos primeiros dois meses de 2019 o Brasil “[...] teve 6.856 mortes violentas em janeiro e fevereiro. Apenas o Paraná não informou os dados. No mesmo período de 2018, houve 9.094 assassinatos” (MONITOR DA VIOLÊNCIA, 2019). Apesar da queda de 25% comparado aos dois primeiros meses de 2018, foram mais de 116 mortes violentas por dia. Segundo a mesma fonte, os dados sobre mortes violentas no Brasil configuram que o país vive uma guerra permanente em seu território entre seus próprios “cidadãos”.

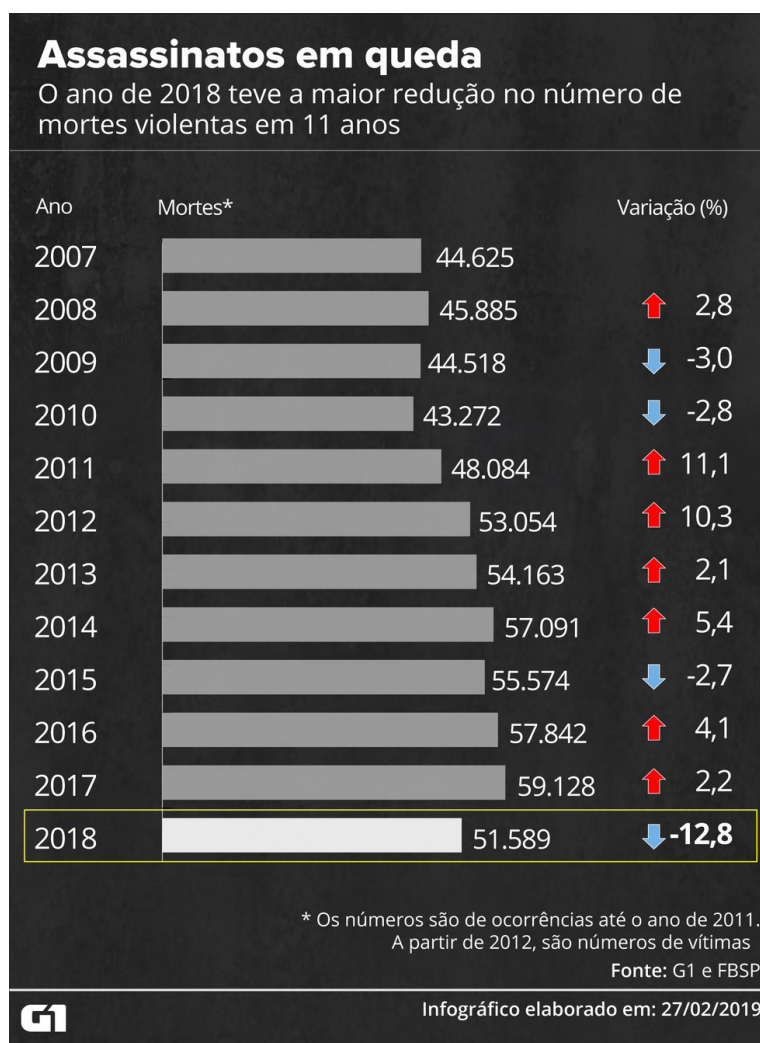


Figura 1: Estatística sobre assassinatos no Brasil
Fonte: Monitor da Violência (2019).

No campo da educação escolar, o início do período letivo de 2019 gerou seu maior impacto violento na sociedade com o massacre numa escola pública no município de Suzano-SP, quando um homem e um adolescente, encapuzados, invadiram uma escola e assassinaram oito pessoas, entre alunos e servidores da escola e depois se suicidaram.

Esta realidade apenas situa o Brasil dentro de um cenário mundial, especialmente identificado sob os domínios do imperialismo norteamericano. Em artigo publicado em meados de 1999, o sociólogo e ensaísta alemão, Robert Kurz, prognosticava que estava se concretizando a união das duas formas decadentes da sociedade capitalista. Com o desmonte do Estado-de-Bem-Estar-Social, de um estado que mantinha a ordem social, pelas políticas neoliberais de Estado mínimo, nasceria um Imperialismo de Segurança, que poderia ser denominado de Imperialismo de Exclusão, que teria a OTAN como polícia mundial.

Em toda parte a concorrência econômica e social desenfreada destrói o domínio estatal, sem criar outra forma de vínculo comunitário. Para o século XXI, portanto, delineia-se a tendência de uma “desestatização negativa”: um número crescente de funções estatais será absorvido por organizações paraestatais sem controle algum. A atual soberania será substituída, de um lado, pelo império dos cartéis transnacionais, pelos fundos de capital financeiro e por rudimentos de uma polícia global e, de outro lado, pelo império da máfia, dos warlords e dos grupos terroristas armados. É somente questão de tempo até que essas duas formas decadentes da sociedade capitalista unam esforços para, a ferro e fogo, sujeitar os 5 bilhões de pessoas desta Terra a uma ordem mundial que já está nos estertores (KURZ, 1999, p. 5).

Essa realidade profetizada por Kurz parece estar concretizada quando olhamos ao nosso redor. Talvez o último acontecimento mais próximo de nós brasileiros esteja configurado na tragédia dos prédios que desabaram no Estado do Rio de Janeiro nos últimos dias, em meio a uma realidade conhecida como domínio de milícias. “Moradores do mesmo condomínio em que dois prédios caíram nesta sexta-feira, 12, na **Muzema**, Zona Oeste do Rio de Janeiro, relatam que milicianos cobram uma taxa mensal de 100 reais por imóvel” (RESENDE, 2019, s/p).

Nos últimos anos as denominadas “milícias” tem tomado forma em todos os noticiários do país. Já está documentada a ocorrência de integrantes de pessoas oriundas do Estado na composição do que se passou a entender como “milícia”. Como o demonstra um estudo de Cano (2008, p. 61):

Passamos a propor a definição de milícia como o somatório dos seguintes eixos, que devem acontecer simultaneamente:

1. *O controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular.*
2. *O caráter em alguma medida coativo desse controle dos moradores do território.*
3. *O ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos.*
4. *Um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e à instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros, mas permite gerar regras e expectativas de normatização da conduta.*
5. *A participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos.*

Estas constatações corroboram de certa forma com os prognósticos de Kurz acima mencionados e demarcam uma realidade de violência, uma certa cultura da violência. A absoluta supremacia norteamericana tem imposto a todos uma verdadeira cultura para a violência. Luis Rojas Marcos (1998), em seu livro *Las semillas de la violencia*, lembra que a cultura americana nasceu da violência. E essa tem difundido o *laissez-faire* econômico traduzido em *lasses-faire* ético. E essa cultura é disseminada há décadas por meio dos “enlatados americanos” que monopolizam as telinhas do ocidente.

O politólogo africano, Achille Mbembe entende o período atual como um período pós-colonial, no qual a violência se revela como um fim em si mesmo.

[...] la ocupación colonial de la modernidad tardía es un encadenamiento de poderes múltiples: disciplinar, ‘biopolítico’ y «necropolítico». La combinación de los tres permite al poder colonial una absoluta dominación sobre los habitantes del territorio conquistado. El estado de sitio es, en sí mismo, una institución militar. Las modalidades de crimen que este implica no hace distinciones entre enemigo interno y externo. Poblaciones enteras son el blanco del soberano. Los pueblos y ciudades sitiados se ven cercados y amputados del mundo. Se militariza la vida cotidiana. Se otorga a los comandantes militares locales libertad de matar a quien les parezca y donde les parezca. Los desplazamientos entre distintas células territoriales requieren permisos oficiales. Las instituciones civiles locales son sistemáticamente destruidas. La población sitiada se ve privada de sus fuentes de ingresos. A las ejecuciones a cielo abierto se añaden las matanzas invisibles (MBEMBE, 2011, p. 52-3).

Sayak Valencia (2010), pensadora transfeminista mexicana, de Tijuana, caracteriza esse modelo como capitalismo *gore*, imposto pelo mercado neoliberal que é uma nova onda do expansionismo do capital cujos métodos são a dominação e

aniquilação global, transformando corpos, mentes humanas e o planeta Terra em territórios de extração de energia, riqueza e poder. Ela usa o termo *gore* extraído de um gênero cinematográfico centrado na violência extrema para descrever o momento atual do capitalismo rentista, que vem transformando as cidades em ruas aos quais o sangue, nos cadáveres, a mutilação de corpos e a destruição de vidas tornam-se meros produtos da reprodução do capital.

Tal realidade desafia a educação em todos os sentidos e níveis e, especialmente nos desafia para uma educação para a paz, que perceba a realidade como um processo dinâmico, que se abra para uma construção coletiva, em rede, participativa.

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO PARA A PAZ

A necessidade do ser humano quanto à sua subsistência no decorrer dos séculos, levaram-no a exploração de todas as formas providas da natureza. Uma definição de meio ambiente ainda é bastante confusa, uma vez que este não pode ser entendido como apenas a parte que nos circunda, mas sim como o “conjunto de agentes físicos, químicos e biológicos”, bem como no envolvimento aos “fatores sociais” que são passíveis de efeitos variados sobre todos os seres vivos que compõem as camadas que circundam a Terra (JOLLIVET; PAVÉ, 1992, p. 61).

A utilização dos recursos naturais motivou novas percepções, e neste sentido as ciências, sejam as humanas ou sociais, propiciaram novos olhares e reflexões motivando o desenvolvimento de forma mais sustentáveis. Esse aspecto esteve no palco da Conferência de Estocolmo ocorrida na Suécia em 1972. A representatividade de 113 países, 250 organizações não governamentais, dividiu as questões referentes a sustentabilidade em antes e depois, pois estabeleceram que todos devem envidar esforços para que o meio ambiente fosse preservado (SARACENI, 2018).

Em 1989, quando por meio da Resolução 44/228 da Assembleia Geral, o diálogo tornou-se imprescindível, para que as necessidades e informações sobre o assunto sejam equitativas, mas devendo permanecer a independência das nações quanto às políticas econômicas individuais, bem como quanto as relações econômicas internacionais (BRASIL, 2000).

Para que os números, relativos à aceleração do desenvolvimento sustentável, se mantenham positivos, é necessário que se crie ambiente de cooperação saudável com os países mais pobres ou em desenvolvimento. Esta forma de apoio pode gerar avanço mundial, permitindo que as metas sustentáveis possam ser atendidas. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, determinada como Eco-92, foram de-

envolvidos alguns documentos, tais como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a mais importante a Agenda 21 Global, que mesmo sendo terminada após o evento, gerou maiores obrigações aos países participantes (BRASIL, 2002).

Essas propostas serviram de inspiração para novas ações em todos os países quanto a necessidade de preservação do meio ambiente. A Agenda 21 promoveu a tomada de consciência sobre o papel ambiental, econômico, social e político. Desempenhando nas sociedades a integração no processo de construção do futuro comum.

Seguindo a dinâmica, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Cúpula do Milênio em setembro de 2000 na cidade de Nova York. As reflexões que ocorreram permitiram a observação que algumas regiões do mundo passavam por um processo de pobreza e fome extrema. Contando com a assinatura de 189 países membros, estabeleceu-se o pacto, onde estes se comprometiam a eliminar esse processo de vulnerabilidade que acometia o desenvolvimento humano sustentável. Esse documento foi institucionalizado como Declaração do Milênio, sendo acordados oito grandes objetivos, 18 metas em um conjunto de 48 indicadores, determinados como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (BRASIL, 2005).

Algumas prioridades elencadas na Agenda 21 Global se harmonizaram com os ODM, entretanto aquela permitiu a sustentabilidade em relação as políticas governamentais, já estes por meio das metas, prazos e indicadores estruturaram e direcionam esforços a serem empreendidos ao combate à pobreza e fome extremada (BRASIL, 2005).

Estes desafios se tornaram importantes para permitir avanços estratégicos às condições de potencialidade para as sociedades (CARVALHO; BARCELLOS, 2014). A partir destes estímulos se segue os ODS, propostos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que deveriam ser refletidos a partir do ano de 2015. As ponderações elencadas na Rio+20 para os ODS, como metas para melhoria da vida como um todo, transformam-se em provocações a serem alcançadas até 2030. Seus 17 objetivos e 169 metas (Figura 1), trazem proposições instigando os governos, as sociedades, bem como à iniciativa privada, pois todos deverão fazer esforços para as mudanças culturais necessárias (BRASIL, 2002). As proposições entraram em vigor em primeiro de janeiro de 2016 e objetivam serem alcançadas no período de quinze anos, ou seja, até janeiro de 2030 (BRASIL, 2016).



Figura 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
 Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2016).

A Agenda 2030 traz como preposição o fortalecimento da paz universal, para isso propõe um plano de ação que foi determinado como os 5 Ps. Uma vez que foi proposto para as pessoas – determinando o extermínio da pobreza e a fome, em todas as formas e dimensões, permitindo que o ser humano possa viver em um mundo onde a dignidade e a igualdade sejam garantidos; a outra ação se relaciona com o planeta e a sua proteção. Uma gestão que busque a sustentabilidade deve assumir a tônica central quanto aos recursos para consumo e linha de produção. A extração dos recursos naturais de forma equilibrada garantindo que as gerações futuras, também possam dele se utilizar; a ação relacionada à prosperidade evoca a realização pessoal, o progresso econômico, social e tecnológico a todos os seres humanos; situação que permite elencar a paz entre as sociedades, condição precípua para que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável; mas, semparceria, tornar-se-á impossível de ser efetivada. A solidariedade global, proposta de forma transversal, permitirá que a realização do Desenvolvimento Sustentável alcance, exatamente a quem os ODS foram elencados –os mais vulneráveis da sociedade, mas também não é possível deixar a natureza de fora neste elenco (BRASIL, 2016).

Na Declaração de assinatura para a Agenda 2030, ocorrida na sede das Nações Unidas, nos dias 25 a 27 de setembro de 2015, na cidade de Nova York, os chefes de Estado, bem como os Altos representantes deliberaram sobre os ODS, cuja abrangência se fez a nível mundial. Com o firme propósito de que as ações

sejam sempre voltadas à pessoa e que sejam efetivadas até 2030 (BRASIL, 2016).

Tendo como fundamento a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a valorização do ser humano enquanto indivíduo, tornou-se o compromisso de todos os países, independentemente de suas particularidades – ser desenvolvido ou não. Um mundo onde as desigualdades das e entre as pessoas possam ser erradicadas. Assim como, buscar que estas sejam libertas da pobreza, da fome, da doença e da privação à vida é a visão estabelecida (BRASIL, 2016).

Também ficou decidido que cada país se estruture internamente, analisando suas necessidades, a fim de propor as deliberações acordadas localmente, e que estas possam ser alcançadas por dados mensuráveis. Primou-se pela integração e indivisibilidade dos ODS e das metas, independente da forma como eles serão aplicados dentro do Estado, mas levando em consideração o desenvolvimento nas esferas social, ambiental e econômica porque a primazia está sempre atrelada à melhoria das pessoas e do Planeta (BRASIL, 2016).

O êxito ou não das ações propostas dependem da interação que ocorra entre todos. Por isso, os programas estabelecidos para o país devem ser monitorados constantemente. No Brasil, o PNUD assumiu a dinâmica de descentralizar as ações macros em projetos que possam resultar em parcerias que resultem de implantações cooperadas pelos integrantes que estão próximos à realidade local e regional, tornando-os mais resilientes e eficientes em relação às suas necessidades (PNUD, 2017).

À paz, à segurança e à justiça estão atreladas o desenvolvimento sustentável e uma melhor redistribuição das riquezas através de políticas públicas, a fim de propiciar “o efetivo Estado de Direito e a boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis” (BRASIL, 2016, p. 9). Os Estados brasileiros, constituem-se em perfeita parceria disseminando conhecimento, por meio de várias frentes de trabalho, efetivadas pelo PNUD e outros órgãos que se dispõem a contribuir com parcerias significativas, tal como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), cuja finalidade é a de coordenar projetos de cooperação técnica em políticas externas (ABC, 2019).

Neste sentido, a educação pode estar no centro para um desenvolvimento de um projeto global de educação para a paz e a justiça. Um projeto que transpasse a escola e a sociedade, as comunidades e as empresas. Um esforço conjunto, sinérgico, em favor da paz.

Acreditamos que uma das formas de construir este projeto encontra nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU um caminho já traçado e acordado mundialmente. O décimo sexto objetivo aponta justamente para a necessidade de agir em favor da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionando o acesso à justiça mediante a construção de instituições eficazes,

responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Esta educação para a paz precisa caminhar par e passo com a educação para a sustentabilidade da vida, das pessoas e do meio ambiente.

Mas o documento da ONU deixa claro já no seu quarto objetivo de que para alcançar a sustentabilidade faz-se necessária uma educação inclusiva, igual a todos os seres humanos, independente de suas condições socioeconômicas e que seja de qualidade. Esta educação deve promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. São metas para a educação da Agenda 2030:

4.1 até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes (AGENDA 2030, 2018, p. 111).

4.2 até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário (AGENDA 2030, 2018, p. 114).

4.3 até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade (AGENDA 2030, 2018, p. 115).

4.4 até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (AGENDA 2030, 2018, p. 116).

Portanto, as ODS chamam para uma educação para a paz, a justiça e para a sustentabilidade. Por isso consideramos que a educação para a paz, a partir das ODS deve tornar-se um esforço contínuo e global que precisa transversar todos os processos educativos, formais e informais.

A decisão de salvar pessoas e o planeta, tornou-se uma agenda de cunho mundial. Objetivos e metas institucionalizados com a intenção de dinamizar uma agenda global comum. De acordo com a ONU no Brasil (BRASIL, 2016), o mapeamento para que o desenvolvimento sustentável assim se faça, já está estruturado, cabe agora a todos os povos o engajamento efetivo para que a paz se instaure efetivamente.

CONCLUSÕES

Concluimos que educar para a paz significa compreender a violência em seu contexto mais amplo do desenvolvimento e subdesenvolvimento das sociedades humanas e de suas relações com o meio ambiente. A paz precisa de um conjunto de

questões que os ODS consideram como necessário para um desenvolvimento sustentável: o enfrentamento à pobreza, o combate à fome através de produção agrícola sustentável, a saúde e o bem-estar para todas as faixas etárias, uma educação de qualidade baseada na inclusão e ao longo de toda a vida, igualdade de gêneros fortalecendo as mulheres e meninas, acesso de todos a água potável e saneamento básico, novas matrizes energéticas limpas sustentáveis política e socialmente, acesso ao trabalho decente baseado no crescimento econômico sustentável, produção industrial sustentável e resiliente, combate às desigualdades sociais, construção e adequação de cidades sustentáveis, consumo sustentável e acessível a todos, proteção e uso sustentável dos oceanos, proteção e uso sustentável dos ecossistemas terrestres, defesa e construção de uma cultura de paz baseada na justiça e em instituições eficazes e construção parcerias globais para implementação do desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, s.d.).

Isso significa que a paz e a educação para a paz não é somente um sentimento de estar em paz consigo mesmo mas com os outros e outras, mas a existência de uma vida que esteja em condições de vida com possibilidade de vida, ou seja, com qualidade de vida. Paz, portanto, só possível mediante moradia de qualidade, com pátios e áreas comuns de lazer e áreas verdes; vestimenta e casa compatível com os diferentes tipos de clima quente ou frio; alimentação que garanta o suprimento de vitaminas, proteínas, calorias e, atualmente, alimentos livres de agrotóxicos; liberdade para produzir cultura, consumir cultura, produzir arte, consumir arte, direito de escolher o lugar de morar, trabalhar, estudar, aprender, formar e informar-se; saúde e proteção. Todas estas garantias requerem empregos cuja remuneração possibilite este desenvolvimento sustentável da vida. É aqui, portanto, que os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável se colocam como instrumento de educação para a paz. Uma educação que não construa conhecimento que permita a busca e a defesa destes objetivos nada terá de educação para a paz.

Sem este desenvolvimento sustentável e equitativo no planeta, nenhuma paz terá chance de se concretizar. E todos estes desafios só alcançarão suas metas através de um amplo programa de educação formal (escolas e universidades) e informal (educação popular, sindicatos, associações, cooperativas, igrejas e outros órgãos e grupos tanto da sociedade civil, quanto públicas). Por isso a educação para a paz na atualidade tem referenciais fundamentais nos ODS.

Assim, os ODS tornam-se um instrumento de construção de uma educação para a paz que considera as múltiplas facetas da insustentabilidade planetária que provocam a violência em todos os níveis. A paz precisa de sociedades sustentáveis e estas somente alcançarão a sustentabilidade através da educação. Eis o desafio da educação para a paz na atualidade!

“PEACE, JUSTICE AND STRONG INSTITUTIONS”: THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS CONCERNING PEACE EDUCATION

Abstract: *the globalized world is more and more characterized, by an escalation of violence in varied forms. Violent human deaths from war, terror and hunger and environmental tragedies resulting from human intervention in nature, seem to have foster a culture of violence on our planet. The aim of the paper is to establish the relationship between an urgent and necessary global peace education project and the challenges of the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs). Its composition encompasses 17 very well structured objectives, from full valorization to social, environmental and economic integrity for all people of all countries. Each topic is made up of its goals, totaling 169. To develop peace education, the SDGs become an important reference in particular SDG 04 and SDG 16, and at the same time in defense of sustainable development and equity among peoples. It comes to conclusion that peace needs sustainable societies that will only achieve sustainability through education, which demonstrates that the SDGs become instruments of construction for a peace culture and against violence in a holistic perspective.*

Keywords: *Peace. Education. Sustainable Development Goals.*

Referências

AGENDA 2030. *ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Bases para Discussão. *Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. MMA/PNUD*. Brasília, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8457/mod_resource/content/1/bases_discussao_agenda21.pdf. Acesso: 18 dez. 2017.

BRASIL. *Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Brasília. MMA/PNUD*. 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/586-agenda-21-brasileira-resultado-da-consulta-nacional>. Acesso: 18 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. *A Agenda 21 e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: as oportunidades para o nível local*. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília. 2005. Disponível em: <http://www.odm-brasil.gov.br/legislacao/agenda-21-e-os-odm>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Governo Federal. Pátria Educadora. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso: 17 dez. 2017.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório*

Anual Brasil. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/relatorio-pnud-brasil-2017.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Agência Brasileira de Cooperação (ABC).* 26 dez. 2018. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL. *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p.48-83.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais (orgs.). “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CNDH - Conselho Nacional dos Direitos Humanos. *Relatório da missão emergencial a Brumadinho/MG após rompimento da Barragem da Vale S/A.* Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos, 2019.

CARVALHO, Paulo G. M. de; BARCELLOS, Frederico C. Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: uma avaliação crítica. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-224, set/dez 2014.

DUPUY, Jean-Pierre. A catástrofe de Chernobyl vinte anos depois. *Estudos Avançados*, vol. 21 n.59, p.243-252, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a18v2159.pdf> . Acesso em: 23 maio 2019.

UNESCO. *Manifesto 2000.* Manifesto em Defesa da Paz - 2000. Comissão de Direitos Humanos da USP. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A2ncia-e-Cultura/manifesto-em-defesa-da-paz-2000.html> . Acesso em: 22 abr. 2019.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais*, Novembro de 2015, p. 3. Disponível em:

http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf . Acesso em: 17 abr. 2019.

JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O Meio Ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. *Lettre Du programme Environnement*, n.º 6. Paris: CNRS. 1992.

KURZ, Robert. À espera dos escravos globais. *Caderno Mais! Folha de São Paulo*, 13/06/1999.

MARCOS, Luis Rojas. *Las semillas de la violencia.* Madrid: Espasa, 1998.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica seguido de Sobre El gobierno privado indirecto.* Traducción e edición: Elisabeth Falomir Archambault. Barcelona: Melusina, 2011.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. Brasil registra queda de 25% nos assassinatos nos dois primeiros meses do ano. *GI*, 18/04/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/18/brasil-registra-queda-de-25percent-nos->

assassinatos-nos-dois-primeiros-meses-do-ano.ghtml . Acesso em: 18 abr. 2019.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. Queda no nº de assassinatos em 2018 é a maior dos últimos 11 anos da série histórica do FBSP. *G1*, 27/02/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/02/27/queda-no-no-de-assassinatos-em-2018-e-a-maior-dos-ultimos-11-anos-da-serie-historica-do-fbsp.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PoEMAS. *Antes fosse mais leve a carga*: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo, 2015. p. 3. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fose-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf> . Acesso em: 11 abr. 2019.

RESENDE, Leandro. Milícia cobra R\$ 100 mensais por imóvel em condomínio onde prédios caíram. *VEJA*, 12/04/2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/milicia-cobra-r-100-mensais-por-imovel-em-condominio-onde-predios-cairam/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SARACENI, Adriana Valéria. *Modelo de Apoio à análise decisória para a implementação de ODS em redes de empresas*. 119 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2018.

UNITED NATIONS –UN. *About the sustainable development goals*.S.d. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>. Acesso em: 23 maio 2019.

VALENCIA, Sayak. *Capitalismo gore*.Espana: Melusina, 2010.

ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

WARMA, Roli; WARMA, Daya R.. The Bhopal Disaster of 1984. *Bulletin of Science, Technology & Society*, Vol. 25, No. 1, p. 37-45, February 2005. Disponível em: file:///C:/Users/teste/Downloads/The_Bhopal_Disaster_of_1984.pdf. Acesso em: 23 maio 2019.